

ENTREVISTA A JOÃO AFONSO FIALHO, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTOR DA ASAP

“NÃO EXISTE NA ORDEM UM FÓRUM PARA DISCUTIR OS TEMAS QUE PREOCUPAM AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS”

■ Findo primeiro dos três anos de mandato do novo conselho director da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), o seu presidente, João Afonso Fialho, diz que os objectivos foram cumpridos, já que foi dada continuidade ao trabalho até aqui desenvolvido pelos anteriores dirigentes. Embora aprecie a abertura demonstrada quer pela bastonária Elina Fraga, quer pela ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, lamenta a falta de respostas face às propostas de discussão desencadeadas pela associação que dirige quando estão em causa matérias que dizem particular respeito à advocacia societária. Sobre o que aí vem, o advogado deixa algumas novidades relativamente ao que a ASAP pretende fazer em prole do sector e das suas associadas. Entre as medidas que estão na calha contam-se a instalação da associação numa sede própria; a criação de um centro de mediação e arbitragem só para

conflitos que envolvam sociedades, sócios e associados; e uma mudança no regime de estágios para acesso à profissão.

Que balanço faz o actual presidente do conselho director ASAP ao primeiro ano de mandato à frente da associação?

Neste primeiro ano de mandato, o que fizemos foi, basicamente, dar continuidade - e esse era um ponto importante - ao trabalho que as anteriores direcções tinham vindo a fazer. Penso que nesse aspecto fomos bem-sucedidos. Realizámos as nossas reuniões institucionais, que pelo feedback funcionaram muito bem. Suscitaram inclusivamente a atenção de novas sociedades de advogados de pequena e média dimensão para a importância da associação enquanto fórum de debate de temas que, infelizmente, não vemos discutidos na Ordem dos Advogados.

A que temas se refere?

Não existe um fórum para a discussão de temas próprios que preocupam as sociedades de advogados.

A nova lei que regula o funcionamento das sociedades de advogados está ainda por aprovar. Foram chamados a participar na elaboração desse novo quadro legal?

A ASAP já se disponibilizou várias vezes, a última das quais por escrito, através de cartas enviadas à senhor ministra da Justiça e à senhora bastonária, para participar nessas discussões, para poder ajudar numa rápida clarificação do regime jurídico aplicável à nossa profissão. É necessário alterar os Estatutos da Ordem e é necessário alterar a Lei das Sociedades de Advogados. Até porque nós temos ideias próprias, que temos vindo a veicular nos diversos fóruns.



“A ASAP É CONTRA A CRIAÇÃO DE SOCIEDADES MULTIDISCIPLINARES...PARECE-ME CLARO, ESPECIALMENTE NUM MERCADO PEQUENO COMO É O PORTUGUÊS, QUE TEMOS QUE TER UM CUIDADO ACRESCIDO [COM OS CONFLITOS DE INTERESSE]. VEJAM-SE OS ÚLTIMOS CASOS QUE ENVOLVEM O SECTOR FINANCEIRO.”



“ [NAS LEIS PARA O SECTOR] TEMOS TIDO, QUER POR PARTE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, QUER POR PARTE DA ORDEM, MUITA SIMPATIA, MAS INFELIZMENTE INCONSEQUENTE. AS ABORDAGENS QUE TEMOS FEITO TÊM SIDO APARENTEMENTE BEM RECEBIDAS, MAS NÃO HÁ SEGUIMENTO ABSOLUTAMENTE NENHUM.”

Que resposta vos foi dada?

Temos tido, quer por parte do Ministério da Justiça, quer por parte da Ordem, muita simpatia, mas infelizmente inconsequente. As abordagens que temos feito têm sido aparentemente bem recebidas, mas não há seguimento absolutamente nenhum e nunca, infelizmente, a ASAP foi convidada a participar nesse debate, que é um debate importante. Talvez seja um caminho que tenhamos de fazer de forma diferente.

Um “caminho” que têm de “fazer de forma diferente”? De que forma?

De forma diferente, porque há duas formas de discutir os problemas. Há uma forma inclusiva de discussão, que é participar com os restantes parceiros na discussão dos problemas e no encontrar de soluções para resolução dos mesmos. Há outra forma que é começar a falar na Imprensa e a utilizar outros fóruns paralelos para veicular o problema, o que provavelmente não será tão benéfico, porque corre o risco de provocar algum ruído e de gerar alguns mal entendidos, mas se não nos permitem de uma maneira, se calhar vão ter que nos permitir de outra.

É uma ameaça?

Não se entenda que há aqui alguma ameaça. A ASAP não faz ameaças. O que existe é a necessidade de ouvirem as sociedades de advogados, porque estas são, hoje em dia, um motor importantíssimo da advocacia portuguesa. Se não querem ouvir as sociedades de advogados nos fóruns em que entendemos que deveríamos ser ouvidos, que é no âmbito das discussões destes diplomas que estão a ser feitas pelo Governo, pelo Ministério da Justiça, com

a participação da Ordem dos Advogados, então vamos ter que encontrar outros meios de fazer passar a nossa mensagem e de lhes dizer exactamente o que pensamos sobre cada um dos temas. Não gostaríamos de o fazer de uma forma unilateral. Mas se não tivermos alternativa, vamos ter que o fazer.

Uma das questões que está sobre a mesa é a da criação de sociedades multidisciplinares, qual é a posição da ASAP em relação a esta questão?

A ASAP é contra a criação de sociedades multidisciplinares. A ASAP entende que a experiência das sociedades multidisciplinares feita pelo mundo fora tem sido maioritariamente negativa. Não é por acaso que em países onde este tipo de soluções vingaria aparentemente com maior facilidade, como nos Estados Unidos - no Estado de Nova Iorque -, houve a adopção do princípio das sociedades multidisciplinares e rapidamente retrocederam.

O que leva a ASAP a ser contra as sociedades multidisciplinares?

Vamos ver os grandes processos que têm ocupado os media nos últimos meses em Portugal – especialmente os casos financeiros. Quem está envolvido? Num lado temos as auditoras, no outro temos as sociedades de advogados. Depois temos os mais diversos consultores. Imagine que isso tudo era feito no âmbito de uma sociedade multidisciplinar. Veja só a quantidade de conflitos que suscitaria. A situação já não é clara, agora imagine que tínhamos sociedades multidisciplinares a prestar os mais variados serviços à mesma entidade. Parece-me claro, especialmente num mercado pequeno como é o português que temos que

ter um cuidado acrescido em relação até a outras jurisdições.

É mais fácil que ocorram conflitos de interesse no mercado português?

Os conflitos são mais susceptíveis de acontecerem em mercados pequenos do que em mercados gigantes. Dei o exemplo de um mercado gigante onde o princípio não correu bem, agora imagine o que poderia acontecer num mercado com a dimensão do português, caso a multidisciplinariedade viesse a vingar.

Serão aspectos como esse que estarão a adiar a nova lei para as sociedades de advogados?

Julgo que não, mas recordo que já em Julho de 2014, no encerramento do encontro anual da ASAP, a senhora ministra da Justiça foi muito clara em dizer que não é favorável à multidisciplinariedade. Portanto, a decisão política está tomada. Ou aparentemente tomada. Mas a verdade é que a ASAP não tem estado envolvida neste processo, apesar de querer e de se ter voluntariado para isso.

Há aí uma crítica implícita. A quem atribui a responsabilidade pela não inclusão da ASAP neste debate?

Há uma crítica implícita e não pode deixar de ser para a senhora bastonária e para a senhora ministra da Justiça. Tem de ser para as duas. Uma ou outra poderiam ter tido a iniciativa quando manifestámos a nossa disponibilidade. Fizemo-lo duas vezes por escrito, poderiam pelo menos ter respondido. Nem uma nem outra o fez, pelo que a crítica é directamente para ambas. ...

A senhora bastonária já completou um ano de mandato, qual tem sido, excluindo esse aspecto, a relação da ASAP com os actuais responsáveis pela condução da Ordem dos Advogados?

Tem sido muito boa. Simpatia absoluta. Abertura aparentemente total. Temos obviamente opiniões diferentes em muitos aspectos. Há muitas coisas que ainda nem sequer discutimos.

Um dos temas em que desde há muito a ASAP se afasta da Ordem é a questão dos estágios na advocacia.

Esse é um tema que eu temo que possa ser bastante controverso e sobre o qual a ASAP vai abrir a discussão este ano. Não julgo que vá ser um tema fracturante, mas vai abrir muita controvérsia.

Estamos a falar de quê?

Estamos a falar de uma reestruturação completa dos estágios e de acabarmos com este princípio de que todos os advogados têm de ser preparados para trabalhar como advogados de contencioso e de patrocínio judicial. Sabemos que existe um número enorme de advogados cujo único contacto que teve com o tribunal durante a vida profissional foi no estágio, porque foram obrigados a isso. Não o querem, não necessitam disso e não é adequado força-los sequer a ter esse contacto. A advocacia não vive só de advogados de contencioso. Considero que mesmo na advocacia a que chamam de negócios ou preventiva os advogados devem ter alguma experiência em contencioso. Mas isso é só a minha opinião.

É óbvio que é possível ser-se bom advogado sem ter postos os pés numa sala de tribunal.

Em concreto o que é que querem propor na área dos estágios profissionais?

Permitir que os advogados estagiários optem, que decidam se querem enveredar por uma via profissional que lhes permita exercer o patrocínio judicial ou não. Sendo que àqueles que decidirem não o fazer, obviamente lhes fica vedado o exercício do patrocínio, não poderão representar ninguém em tribunal, mas poderão fazê-lo na compra de habitação, ou numa transacção comercial, por exemplo. A maioria dos advogados, hoje em dia, tirando os do patrocínio judiciário, não vai a tribunal.

Isso seria uma mudança de paradigma na área dos estágios. A ideia pré-concebida em relação ao advogado é a de uma figura que vai a tribunal.

Mas é errada. E cada vez mais errada. Tenho conhecimento que em várias sociedades muitos estagiários quando chegam dizem que essa coisa de ir a tribunal... Tudo bem que eles ainda não sabem e precisam de orientação. Mas não custa tentar criar um estágio, com ou sem tronco comum – tudo é susceptível de discussão – em que o advogado possa ser orientado para depois seguir uma ou outra via profissional. Será novo em Portugal e será uma alteração de paradigma em Portugal.

Essa questão já foi colocada junto da Ordem?

Não foi. Foi abordada por mim muito superficialmente num evento organizado por uma nossa associada, em que se discutia

“É INADMISSÍVEL QUE OS ADVOGADOS ESTAGIÁRIOS CONTINUEM DOIS A TRÊS ANOS À ESPERA DE CONCLUÍREM O SEU ESTÁGIO. NÃO É BOM PARA ELES, NÃO É BOM PARA AS SOCIEDADES E NÃO É BOM PARA O CIDADÃO. NÓS QUEREMOS É GENTE QUALIFICADA.”

exactamente a questão dos estágios. Estava presente uma colega que é membro do conselho geral da Ordem. A questão foi abordada e não teve muito bom acolhimento, até da parte de alguns advogados que se encontravam presentes e que são advogados conhecidos da advocacia societária. Estou convencido que esta é uma boa ideia. Estou convencido que é bom para as sociedades e para os advogados. Poderá levar a um aumento da relevância das sociedades de advogados no que ao estágio diz respeito.

Relevância das sociedades em que sentido?

Se houver esta cisão, não faz sentido absolutamente nenhum que as sociedades de advogados não venham a ter um papel importante no estágio, pelo menos daqueles advogados que optarem por uma via de advocacia preventiva. Acho que o papel das sociedades de advogados poderá ser importante.

A Ordem estaria disposta a abdicar da sua intervenção nos estágios?

Se calhar existem boas razões para a Ordem não querer abdicar de alguma intervenção na formação dos restantes. É inadmissível que os advogados estagiários continuem dois a três anos à espera de concluírem o seu estágio. Não é bom para eles, não é bom para as sociedades e não é bom para o cidadão. Nós queremos é gente qualificada. Que seja capaz de assistir os seus clientes da melhor forma possível.



“A SAÚDE FINANCEIRA DA ASAP É DE FERRO”



“A SAÚDE FINANCEIRA DA ASAP É DE FERRO. NÃO FUI EU QUE A CRIEI, JÁ VINHA DAS DIRECÇÕES ANTERIORES. ALIÁS É UMA SAÚDE TÃO BOA QUE É DIFÍCIL DESCOLAR DESTA DISCIPLINA FINANCEIRA PARA FAZER OUTRAS COISAS. [...] JÁ DECIDIMOS QUE VAMOS MUDAR O PARADIGMA.”

Quais são as prioridades da ASAP para este ano?

Estamos a preparar uma série de iniciativas que vão ser visíveis este ano. A primeira dessas iniciativas é a nossa tentativa de criação de um centro de mediação e arbitragem focado apenas na resolução de conflitos entre sociedades de advogados, entre sociedades de advogados e sócios e entre os sócios de sociedades de advogados.

A que se deve essa iniciativa?

Muitos destes conflitos são de difícil resolução. Não há claramente interesse nem das sociedades nem dos seus sócios discutir estes temas nos tribunais judiciais e é importante que surja, é essa a nossa percepção, um fórum especializado onde esses conflitos possam ser dirimidos. Esse é um trabalho preparatório

“SOMOS UMA ASSOCIAÇÃO POBRE COM ASSOCIADOS RICOS E REMEDIADOS.”

que foi feito, implica alterações estatutárias, implica também que a ASAP, pela primeira vez tenha a sua própria sede.

Vão ter uma sede própria?

Estamos à procura de instalações próprias. Somos uma associação pobre com associados ricos e remediados, mas a nossa associação vive fundamentalmente das quotizações e de algumas receitas adicionais que vamos conseguindo fazer nos nossos eventos.

Qual é a saúde financeira da ASAP?

A saúde financeira da ASAP é de ferro. Não fui eu que a criei, já vinha das direcções anteriores. Aliás é uma saúde tão boa que é difícil descolar desta disciplina financeira para fazer outras coisas. Como presidente da ASAP e até em discussão com os restantes membros do conselho director, de vez em quando temos dificuldade em gastar dinheiro.

Pelo que diz, vai haver mudanças a esse nível. É isso?

Já decidimos que vamos mudar o paradigma. Talvez seja bom termos um bocadinho menos

dinheiro na conta bancária, mas utilizá-lo de forma a que seja útil às nossas associadas. Isto não é uma crítica às anteriores direcções, fizeram o que tinham a fazer e fizeram bem. Mas, provavelmente, o que eu estou a dizer, é que o próximo presidente da ASAP não vai ter na associação uma conta tão recheada como a que eu herdei, mas espero que o que vai ser feito com esse dinheiro compense largamente a diferença de saldo na conta bancária. Não é só ter instalações. É ter pela primeira vez empregados. E isso obriga que passem a existir custos fixos que nunca tivemos.

A criação do centro de mediação e arbitragem é uma das razões para terem necessidade de uma sede própria?

Caso contrário nem sequer conseguimos ser autorizados a criar o centro de mediação e arbitragem. Contamos e temos a expectativa de ter alguma ajuda institucional, estamos a pensar nisso, mas é inevitável. Mas a sede surge também até por uma questão de maior independência e de maior transparência. Este tipo de associações só beneficia com grande autonomia. ...

Sem sede, onde é que a ASAP tem funcionado?

A sede da ASAP tem sido sucessivamente a sede dos diferentes presidentes. Temos a sorte de ter as equipas de cada uma dessas sociedades a apoiar o nosso trabalho, mas se nos tornarmos um pouco mais autónomos, estou certo que vamos poder continuar a contar com as equipas das sociedades nossas associadas, dos membros dos órgãos sociais e com a vantagem dessa mesma independência e dessa mesma autonomia.

Voltando ao centro de mediação e arbitragem, em que fase está esse projecto?

Contamos apresentar inicialmente essa proposta no nosso conselho estratégico e depois na nossa assembleia-geral e é algo que vai ser muito importante para o futuro.

Esta iniciativa é para avançar quando? Imediatamente.

Que tipo de casos poderão ser mediados ou alvo de arbitragem nesse centro?

São casos comuns. Muitos deles que levam muito tempo a ser dirimidos. Poucos chegam aos tribunais. Aliás a comunidade jurídica sabe que muitos deles andam nos tribunais anos para serem resolvidos. Muitos deles por falta de fórum adequado. Aqui punha mais a ênfase na mediação do que na arbitragem. São casos que acabam por nunca ser dirimidos e varridos para debaixo do tapete. Não há nada de mais negativo na vida em sociedade, do que varrer os conflitos para debaixo do tapete em vez de os resolver. Isso é verdade para nós, individualmente, porque se não resolvermos os nossos problemas, eles vão ser as nossas assombrações ao longo da vida; isso também é verdade na vida das sociedades de advogados. Criando este fórum, gostaríamos que as sociedades sentissem que existe um lugar onde podem sentir-se confortáveis para, sem qualquer limitação, exporem os seus problemas e terem, do lado contrário, pessoas devidamente habilitadas em quem confiem para os ajudar a resolver conflitos.

Que conflitos são mais frequentes?

São da mais variada natureza, podem estar relacionados com problemas financeiros, questões que envolvem clientes, saídas de sócios e advogados que nunca são pacíficas, por muito que se tente, e bem, minimizar o problema. Há sempre feridas que ficam. Sarar essas feridas é importante. Por outro lado há aqui um certo tabu, ainda. A advocacia portuguesa evoluiu muito nos últimos anos. E evoluiu para

standards que hoje em dia nos permitem dizer que a nossa à advocacia societária não deve nada dos restantes países da Europa. Mas há ainda uma série de tabus à volta de entradas ou saídas de sócios ou de clientela que entra e que sai. Há uma série de tabus que vêm de uma advocacia em que tudo era muito pessoalizado, entre o advogado que era o dono do escritório e o que colaborava com ele e que saindo, leva consigo alguma clientela.

Não há ainda uma lógica de ligação entre o cliente e o advogado?

Hoje em dia a advocacia mantém ainda o elemento pessoal, somos sociedades profissionais, de pessoas, mas esses tabus têm que desaparecer.

Este tipo de centros de mediação já existe noutras jurisdições?

Existe. Nós não estamos propriamente a inventar a roda, mas também não estamos a importar modelos. O que esta direcção tem feito é questionar-se sobre o que vai mudar em função da realidade portuguesa. O nosso pensamento tem sido o que é que será aceitável e confortável para os advogados portugueses em termos de soluções para dirimirem os seus conflitos. É a partir dessa premissa que temos operado. É claro que constituir um centro de arbitragem não depende só de nós.

Tem que haver autorização do Ministério da Justiça?

Precisamos da autorização do Ministério da Justiça. Estamos a preparar o processo e vamos submetê-lo a aprovação. Julgo que uma vez verificadas as condições não existem razões para que não seja autorizado, até porque o objecto é muito limitado e a associação é uma associação vocacionada para esse tipo de questões.

Qual é hoje a realidade no sector da advocacia societária? Ou seja, após anos de crise, como é que as sociedades de advogados portuguesas se comportaram no período mais agudo da crise?

Não se pode dizer que sobreviveram bem, mas sobreviveram. Diria que muita da instabilidade já terá passado. Estamos num momento de consolidação. A crise atingiu a classe de uma forma muito significativa. Muitas sociedades desapareceram e outras novas apareceram por força desse movimento. Houve muitas sociedades que se reforçaram em função disso. Diria que estamos num momento de estabilização. Estamos a estabilizar. Os sinais não são muito uniformes, mas aparentemente

a economia está a melhorar, o que é um belíssimo sinal. Esperemos que os próximos anos sejam de recuperação. Estamos muito longe da bonança, mas caminhamos para uma situação muito melhor do que aquela que tivemos nos últimos três anos.

Quanto à ASAP, o número de associados cresceu?

Tem aumentado. Também temos que ter cuidado porque estamos a atingir o nosso limite. O universo é o que é, e a maioria das sociedades não são verdadeiras sociedades, são-no apenas para efeito de divisão de custos e para efeitos fiscais. Dentro daquilo que é o universo das verdadeiras sociedades estamos quase lá. Agora, há muitas sociedades que têm a ambição de evoluir e que ainda não temos connosco. ■

“A CRISE ATINGIU A CLASSE DE UMA FORMA MUITO SIGNIFICATIVA. [...] ESTAMOS MUITO LONGE DA BONANÇA, MAS CAMINHAMOS PARA UMA SITUAÇÃO MUITO MELHOR DO QUE AQUELA QUE TIVEMOS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS.”